

Ancoragem cambial, globalização e concentração de renda: uma interpretação a partir de Michal Kalecki¹

Exchange Rate Anchoring, Globalization and Income Concentration: an Interpretation based on Michal Kalecki

Carlos Águedo Nagel Paiva²

Resumo: O processo inflacionário foi central no entendimento da dinâmica econômica latino-americana nas décadas de setenta e oitenta. Em tal período as tradicionais teorias a respeito do tema foram alvo de estudos e controvérsias. Neste artigo propomos a idéia de que o Plano Real, cujos fundamentos foram alicerçados neste período, embasou-se muito mais nas contribuições pioneiras de Keynes e Kalecki do que nas propostas oriundas do debate recente. A heterodoxia do Plano Real apresentou dimensões positivas, ainda que com implicações redistributivas limitantes, especialmente no plano dos salários.

Palavras-Chave: Hiperinflação; Expectativas; Taxas de Câmbio; Distribuição da Renda; Política Fiscal; Plano Real.

Abstract: The inflationary process was crucial to the understanding of the economic dynamics of Latin America in the seventies and eighties. During this period, the traditional theories regarding the theme were the subject of studies and controversy. This paper proposes the idea that the Real Plan, which had its foundations laid in this period, was based much more on the pioneering contributions of Keynes and Kalecki than on the propositions put forth by the recent debate. The heterodoxy of the Real Plan had positive dimensions, though with limiting redistributive implications, especially in terms of wages.

Keywords: Hyperinflation; Expectations; Exchange Rate; Income Distribution; Fiscal Policy; Real Plan.

JEL: B22; E31

Introdução

A década de 1970 foi marcada pela aceleração global do processo inflacionário. Na América Latina este fenômeno assumiu proporções particulares e alimentou um extenso debate acerca dos determinantes, impactos distributivos e estratégias de ajustes a serem adotadas. Ao longo da controvérsia que se seguiu, alguns modelos consolidados tornaram-se objeto de suspeição e rejeição³, ao mesmo tempo em que novos modelos e perspectivas analíticas foram sendo promovidas, assumindo crescente hegemonia.

Ao analisarmos este processo, dividimos o presente artigo em quatro momentos. Na primeira seção pretendemos demonstrar que as contribuições mais influentes daquilo que chamamos de expectacionismo novo-clássico sobre os teóricos do Real já se encontravam presentes nos estudos de Kalecki realizados entre as décadas de 1930 e 1950. Em seguida analisamos as diferenças e semelhanças dos elementos expectacionais nas teorias da inflação de Kalecki e Keynes, procurando demonstrar que as diferenças são mais aparentes do que reais. Na parte seguinte apresentamos o modelo distributivo simplificado de Kalecki, onde objetivamos

¹ Artigo recebido em maio de 2010 e aprovado em junho de 2010.

² Pesquisador da FEE e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNISC. Porto Alegre-RS, E-mail: carlosanpaiva@gmail.com

³ Como é o caso bastante conhecido da Curva de Phillips.

avaliar se a tese de que a exposição competitiva via valorização cambial, desenvolvida por Paolo Labini, possui efeitos distributivos pró-trabalhadores. No momento seguinte, então, procuramos demonstrar que - de acordo com o modelo distributivo kaleckiano completo - a sustentação de um efeito redistributivo no longo prazo pressuporia a adoção de políticas cambiais, monetárias e fiscais heterodoxas, o que implica re-concentração da renda. Por fim seguem as conclusões.

2. De Sargent a Kalecki

Nas discussões acerca da natureza do processo inflacionário, as contribuições oriundas das análises acerca da estagflação mundial nos anos 1970 e das economias latino-americanas na década seguinte foram particularmente importantes. Tais avanços teóricos ocorriam na medida em que a associação entre elevação continuada do nível de preços e a depressão do nível da atividade econômica impunha um abandono paulatino daqueles projetos teóricos que identificavam os processos inflacionários com pressões de demanda e/ou de custos. No lugar destas determinações pretensamente auto-suficientes, a atenção vai se voltar de forma crescente para os fundamentos inerciais-expectacionais da inflação, associados aos padrões institucionais de indexação dos principais preços da economia: salários, juros e câmbio.

Esta busca das determinações institucionais e expectacionais da inflação vai ter um notável efeito dissolvente sobre o dogmatismo que caracterizava o debate sobre a inflação ao longo dos anos 50 e 60 e que, na América Latina, contrapunha monetaristas e estruturalistas. A este respeito, Simonsen (1986, p. 167) dirá num importante trabalho de meados dos anos 80:

Até que ponto os processos inflacionários crônicos têm raízes monetárias, fiscais, psicológicas, inerciais ou estruturais, eis uma questão sobre a qual os economistas deveriam ser um pouco mais ecléticos. Com efeito, raramente uma inflação crônica deixa de misturar todos esses ingredientes. Isto posto, as terapias sectárias acabam dando razão aos seus adversários. Inercialistas e estruturalistas ganham prestígio quando a política antinflacionária é conduzida por monetaristas crogênicos. Em compensação, os simples congelamentos e salários, preços e taxas de câmbio acabam restaurando a respeitabilidade dos ortodoxos. Os verdadeiros sucessos se basearam no ataque às duas frentes do problema, reconhecendo que a estabilidade dos preços precisa de âncoras tanto do lado da oferta quanto da procura.

Fazendo eco a toda uma literatura emergente no período, Simonsen vai ancorar sua defesa do “eclétismo responsável” no resgate da eficaz política alemã de combate à inflação de 1923. Segundo o autor:

Para os inercialistas, o milagre da estabilização se explica pelo congelamento da taxa de câmbio, o que equivalia à desindexação da economia. Para os racionalistas, pela proibição de emissões para financiar o Tesouro: com a supressão da causa primária da inflação, apagaram-se as expectativas de alta dos preços. Nenhuma dessas explicações, isoladamente, chega a ser convincente. [...] Por certo a fixação da taxa de câmbio oficial deve ter tido um impacto imediato sobre salários e preços. A questão, porém, era saber até que ponto a estabilidade cambial era sustentável. [...] Um aspecto essencial foi a determinação de Schacht, logo no primeiro mês do programa, de punir

com violentos prejuízos os que apostavam na continuação da inflação. [...] para os que apostavam alta do dólar, Schacht manteve as taxas de juros médias em nada menos do que 3% ao dia, entre 15 de novembro e 15 de dezembro de 1923, até que o dólar livre caísse ao nível do oficial (SIMONSEN, 1986, p. 171).

Não deixa de ser interessante observar que Simonsen vai associar a ortodoxia à pretensão de que o déficit público em geral (independentemente de seu padrão de financiamento) é o responsável primário pela manutenção e/ou elevação da taxa de crescimento do nível geral de preços. Esta sutil inflexão na determinação teórica da “perspectiva racionalista” – que deixa de ser identificada a uma perspectiva monetarista mais crua - não é gratuita, mas revela o reconhecimento de Simonsen da expressão teórica da nova (e, até certo ponto, revolucionária) vertente da ortodoxia: o novo-classicismo. Esta corrente vai questionar a necessidade de uma política monetária estritamente contracionista para o sucesso de uma política anti-inflacionária. A este respeito, Thomas Sargent vai dizer que:

[Na Áustria,] de agosto de 1922, quando a taxa de câmbio estabilizou-se subitamente, a dezembro de 1924, as notas do Banco Central em circulação aumentaram por um fator 6. O fenômeno da construção de estabilidade de preços num quadro de um aumento em seis vezes da base monetária foi visto por contemporâneos como sendo uma violação da teoria quantitativa da moeda, e assim parece ser o caso. No entanto, estas observações não são de todo paradoxais, quando interpretadas à luz da visão que distingue nitidamente entre moeda sem lastro, ou outside, e moeda com lastro ou inside. Em particular, a folha de balanço do Banco Central e a natureza de suas operações de mercado aberto mudaram drasticamente depois da aplicação dos protocolos da Liga [das Nações]. Antes dos protocolos, os compromissos do Banco Central eram sustentados principalmente por letras do Tesouro [...]. Depois da execução dos protocolos, os compromissos do Banco Central eram sustentados por ouro, recursos no exterior e papéis comerciais, e em última [instância] pelo poder do governo de cobrar impostos. [...] O valor da coroa era sustentado pelo compromisso do governo de ter uma política fiscal compatível com a manutenção da conversibilidade de suas obrigações em dólares. Dado um tal regime fiscal [...] o aumento em seis vezes das obrigações do banco depois dos protocolos não deve ser visto como inflacionário⁴ (SARGENT, 1986, p. 253-4).

Vale dizer: o desequilíbrio orçamentário do Estado ainda é o principal fundamento da inflação. Mas não mais por portar uma relação direta com a ampliação da base monetária; mas, isto sim, por ser o fundamento primário-racional do processo de formação de expectativas em torno da evolução futura dos preços e da taxa de câmbio.

O significado desta guinada “expectacionalista” da ortodoxia não pode ser subestimado. A despeito de como avaliemos a pretensa associação entre déficit público e expectativas inflacionárias, o que importa perceber é que a interposição do elo “expectativas” entre as políticas fiscais e monetárias e o processo inflacionário complexifica sobremaneira a relação funcional destes últimos. Uma complexificação que levará Sargent a abrir mão da busca de qualquer relação simples e linear entre

⁴ Este trabalho de Sargent foi apresentado em um seminário da Fundação Getúlio Vargas de dezembro de 1980, e marcará fortemente a reflexão brasileira sobre a estabilização inflacionária nos anos subsequentes. Entre outros autores, Lara Resende (1985, p. 133) se pronunciará elogiosamente ao mesmo, em texto de divulgação de seu projeto de “moeda indexada”.

oferta monetária e variação do nível geral de preços; admitindo, mesmo, a consistência da elevação da relação M1 / PIB no interior de uma política de combate à inflação assentada num “choque de expectativas” ancorado numa mudança de regime fiscal-cambial. Vale dizer: a nova ortodoxia racionalista não só já é expectacionalista, como incorpora elementos (em especial, a influência da estabilidade cambial) da (nova) modelagem heterodoxa que Simonsen vai chamar de inercialista.

Nada mais simples do que pretender, então, que o “ecletismo responsável” de Simonsen não seja mais do que a “nova ortodoxia”, carecendo de qualquer inflexão real em direção à incorporação de determinações teóricas estranhas ao mainstream. Nada mais fácil e nada mais equivocado. Na verdade, já em Sargent há inflexão. E esta inflexão é objetiva, pois resulta do objeto - a hiper-inflação -, que porta determinações irreduzíveis a pressões de demanda e/ou custos.

Trinta anos antes, Kalecki já havia anunciado a impertinência da dicotomia custos X demanda para o tratamento teórico da questão hiper-inflacionária. Em um trabalho que causou furor numa Cambridge impermeável a qualquer inovação que pudesse parecer um abandono aos princípios da “revolução keynesiana”, este autor pretenderia que:

The two characteristic features of hyper-inflation are a very rapid rise in prices and a general tendency to convert money into goods. These two features are closely interlinked. The reason for hoarding of goods is the anticipation of a continuous rapid increase in prices; in turn, the hoarding of goods contributes to the pace of the rise of prices [...]. These result in a substantial rise in prices and a drastic reduction in real wages. The adjustment of wages to a higher level of prices is frustrated by the resulting increases in prices. [...] The loss of confidence in money leads to universal hoarding of goods. This accelerates the increase in prices and [...] basically changes its mechanism. [...] The theory of hyper-inflation is of interest [...] because this phenomenon is striking and because [...] it leaves considerable traces in the economy in the years to come [...]. The discussion of hyper-inflation has an added theoretical interest, however, because this happens to be the only case where the quantity theory of money finds its full application. In normal conditions the increase of the quantity of money in circulation results directly in a greater liquidity and lower velocity of circulation rather than in an increase in prices. [...] Not so in the state of hyper-inflation. Here any additional money is converted into goods within a certain spending period which itself depends on the rapidity of increase in prices. Thus in this case the expansion in the quantity of money does lead directly to the increase in prices (KALECKI, 1991, p. 90-1) (os grifos são meus).⁵

Neste modelo de Kalecki, o conflito distributivo entre trabalhadores (salários), empresários-capitalistas (mark-up) e o Estado (tributos) é apenas o ponto de partida usual de um processo inflacionário que se autonomiza de sua fonte. Na verdade, a retroalimentação do conflito distributivo a partir de mecanismos convencionais ou institucionais de indexação conduz a uma crescente inercialização da inflação. E a inércia passa a alimentar expectativas inflacionárias que se impõem independentemente de qualquer pressão de custo e que se desdobram em um

⁵ Sobre a reação da exposição deste trabalho de 1955 de Kalecki em Cambridge, vide Osiatynsky (1990, p. 527). Para o autor, a acolhida francamente desfavorável dos cambridgenianos ao resgate heterodoxo do quantitativismo que Kalecki faz neste trabalho inviabilizou seus planos de vir a trabalhar naquela Universidade, acelerando seu retorno à Polônia após dez anos de trabalho junto às Nações Unidas.

processo de fuga da moeda e de busca de reservas alternativas de valor. No bojo deste processo, a velocidade de circulação dispara, tornando insubstituíveis quaisquer políticas de controle da oferta monetária que não se façam acompanhar de políticas de recuperação da confiança do público no resgate da função “dinheiro” (reserva e unidade de conta) por parte da moeda (meio de troca).

Ora, a proximidade entre a leitura de Sargent do processo hiper-inflacionário e este resgate altamente subversivo que Kalecki faz do quantitativismo é mais do que aparental. Uma proximidade que – contudo – não é absoluta. Uma diferença importante se mantém: em Kalecki, o déficit público nunca ocupa o proscênio. Nem enquanto ponto de partida (papel ocupado pelo conflito distributivo), nem enquanto referência necessária à reversão das expectativas “racionalistas” (????) dos agentes econômicos acerca da inflação futura.

Na realidade, em Kalecki as expectativas sobre a inflação futura são articuladas e determinadas a partir do acompanhamento e projeção da dinâmica recente da inflação. Esta dimensão inercial independe (malgrado exceções) de quaisquer continuidades ou inflexões nas políticas fiscais de curto prazo. E a esta componente inercial vem se somar uma componente aceleracionista (inicialmente não projetada pelos agentes, mas crescentemente incorporada em seus cálculos) que tem por base a busca de consumidores e poupadores em enfrentar a perda do poder aquisitivo prevista da moeda através, ou da antecipação de dispêndios, ou da conversão da moeda nacional em bens ou divisas portadores de efetiva função “reserva de valor”. E a conclusão de Kalecki é radical: ao longo deste processo a velocidade de circulação da moeda sofre tamanha aceleração que acaba por retirar toda eficácia de quaisquer programas de rigor fiscal e monetário com vistas ao controle da liquidez.

3. Os “Realistas Heterodoxos”: entre Keynes e Kalecki

Como não poderia deixar de ser, a vertente heterodoxa de interpretação do fenômeno hiper-inflacionário (onde a inércia e a especulação substituem as expectativas pseudo-racionalistas) vai ser objeto de resgate por parte de economistas brasileiros a partir da segunda metade dos anos 80. Só que, mais do que Kalecki, será Keynes o autor de referência da produção teórica crítica nacional. Mais especificamente, serão os trabalhos keynesianos dos anos 20 e início dos 30 - onde despontam *A tract on monetary reform* e o *Treatise on money*⁶ - que receberão atenção privilegiada por parte dos nossos heterodoxos.

Desde logo, a inflexão keynesiana de nosso debate se imporá no notável e crescente privilegiamento da questão monetário-cambial na agenda de discussões em torno dos projetos de estabilização inflacionária⁷, em detrimento dos aspectos especificamente distributivos, particularmente caros a Kalecki. Mas se a referência a Kalecki é sub-explicitada (e, muitas vezes, subconsciente), ela não estará ausente do debate. Na realidade, o próprio padrão de indexação institucional dos salários que caracteriza a economia brasileira ao longo dos anos 80, bem como o problema das transferências de excedente para o exterior após a crise de rolagem da dívida externa no início desta década, vão inviabilizar qualquer abstração do conflito distributivo na

⁶ Disponível em Keynes (1971).

⁷ A este respeito, vide, por exemplo, Lara Resende (1985 e 1992), Lopes (1985), Franco (1989) e Batista (1993).

articulação de projetos heterodoxos de choques de expectativas voltados ao combate da componente inercial da inflação. Tão somente, o enfrentamento da componente “conflito” vai aparecer articulado (e, no limite, subordinado) ao enfrentamento da componente “cambial-monetário-expectacional” da inflação⁸.

Mas o que importa entender aqui é que esta articulação/subordinação está longe de ser anti-kaleckiana. Pelo contrário. Afinal, tal como procuramos demonstrar acima, se para Kalecki o conflito distributivo é a principal componente primária de um processo inflacionário, nas conjunturas hiper-inflacionárias esta componente perde expressão relativa para determinações monetário-expectacionais. E a lógica da construção kaleckiana é tal que um processo de abertura comercial com ancoragem cambial não só deve impactar sobre as determinações monetário-expectacionais, como, igualmente bem, deve impactar sobre as pressões inflacionárias primárias, postas no plano do conflito pela apropriação da renda. Afinal, como bem o lembrou Labini em trabalho clássico sobre inflação, de uma perspectiva kaleckiana

[...] a pressão da concorrência estrangeira tende a agir como um freio sobre o repasse de variações de custos para os preços. Essa pressão será maior numa economia aberta, menor numa economia relativamente fechada; [...] Os efeitos da pressão da concorrência estrangeira, bem como da dispersão dos aumentos de produtividade, devem ser vistos em combinação. Assim, variações dos preços das matérias-primas tendem a ser plenamente repassados aos preços, porque afetam não só todos os produtores de um dado país, mas também os dos países competidores. Por outro lado, de um ponto de vista internacional, as taxas de variação do custo de trabalho são ainda mais desiguais do que do ponto de vista de um dado país, uma vez que não só a produtividade mas também os salários variam a taxas bastante diferentes. Desse modo, toda vez em que o acréscimo no custo de trabalho num dado país é superior ao que ocorre nos principais países competidores, ele não pode ser plenamente repassado para os preços (LABINI, 1984, p. 158-9) (os grifos são meus).

Sem dúvida! Na medida em que Kalecki toma o preço médio de mercado como variável relevante à precificação em cada firma particular⁹, a exposição competitiva ao mercado internacional é de

⁸ A subordinação do componente “conflito distributivo” ao componente “cambial-monetário-expectacional” entre os inercialistas brasileiros é recorrente; mas sofrerá uma notável inflexão qualitativa de meados dos anos 80 a meados dos anos 90. Assim é que Lara Resende (1985b, p. 127) ainda diria: “Não é possível negar as graves pressões que decorrem da brutal transferência de recursos exigida pela crise da dívida externa [...]. [...] a reforma da moeda indexada não tem pretensões de resolver todos os problemas fundamentais do país. Se problemas existem, ou virão a existir, que impliquem choques inflacionários, a inflação será retomada, ainda que num primeiro momento a reforma monetária seja bem sucedida. De qualquer forma o processo inflacionário, se retomado, se iniciaria a partir de patamares significativamente inferiores aos atuais”. Ao longo do tempo, contudo, esta defesa tímida e sub-determinada da subordinação da componente “conflito” à componente “cambial-monetário-expectacional” na estratégia inercialista de combate à inflação vai ser substituída por versões mais sofisticadas e mais adequadas a uma conjuntura de recuperação da liquidez internacional. Nestas, as próprias políticas monetárias contracionistas necessárias (e pretensamente suficientes) à atração de capitais externos e à preservação da estabilidade cambial, bem como a exposição à concorrência internacional advinda da nova equação cambial, tornam-se instrumentos ativos no enfrentamento do conflito distributivo. Do nosso ponto de vista, a versão mais articulada e teoricamente consistente desta nova leitura encontra-se em Franco (1996).

⁹ A este respeito, veja-se Theory of economic dynamics (KALECKI, 1990, p. 209 e segs.). É neste capítulo que Kalecki apresenta sua conhecida fórmula de precificação - $p_k = m u + n p_m$ -, onde o p_k é o

ordem a impor um freio ao repasse daqueles custos diretos de produção que sofrem uma variação circunscrita ao espaço nacional. O que implica dizer que, para Kalecki, o enfrentamento de processos (hiper)inflacionários a partir de ancoragem monetário-cambial é não só capaz de conduzir à inflexão almejada nas expectativas em torno da evolução futura dos preços, como deve ter um impacto deletério sobre as determinações primárias do processo inflacionário ao projetar uma alteração não desprezível nos padrões competitivo-institucionais da economia.

Só que - por oposição a Labini, para quem a abertura comercial conduz a uma depressão do mark-up e a uma situação de redistribuição de renda em prol dos trabalhadores¹⁰ - a teoria kaleckiana dos preços e da distribuição é tal que permite projetar dois momentos distintos de evolução distributiva para uma economia relativamente protegida que passa por um processo de exposição competitiva. Num primeiro momento, as consequências desta exposição vão no sentido propugnado por Labini, e a depressão do mark-up interno contribui para uma melhoria do perfil da distribuição da renda. Num segundo momento, contudo, as políticas públicas necessárias à sustentação de uma exposição competitiva efetiva, bem como a aceleração do progresso técnico poupador de mão-de-obra estimulado pela própria elevação dos custos primários, devem conduzir à reconcentração de renda e à destruição de postos de trabalho.

Ora, se nossa interpretação da leitura de Kalecki estiver correta, ela pode ser de grande valia para a compreensão das inflexões da distribuição da renda no Brasil pós-Plano Real; aparentemente marcada por uma tendência à desconcentração nos anos 94/95 que será revertida nos anos posteriores¹¹. A demonstração da pertinência de nossa leitura não é, contudo, tarefa fácil. E isto nem tanto pelo fato da questão mesma dos impactos distributivos de um processo de abertura jamais ter sido objeto de uma reflexão sistemática por parte de Kalecki. A riqueza do material deixado por Kalecki acerca da questão distributiva é tamanha que não faltarão sinalizações em torno deste ponto. O problema de fundo é que a leitura de Kalecki proposta por Labini no trabalho supracitado está longe de ser particular: ela conforma o virtual consenso interpretativo do tratamento kaleckiano da questão proposta. Um consenso que, do nosso ponto de vista, emerge da confusão entre o modelo distributivo kaleckiano simplificado e o modelo distributivo completo deste autor, onde são levadas em consideração tanto as consequências distributivas das políticas fiscais e monetárias,

preço da firma k , u são os custos primários, p_M o preço médio do mercado, e m e n os parâmetros da equação, determinados pelo poder de mercado de cada firma associados essencialmente à diferenciação qualitativa e às vantagens de escala apropriadas pelas mesmas. Para uma discussão detalhada do modelo kaleckiano de precificação e as contradições do mesmo com o(s) modelo(s) de custo total, veja-se a segunda seção do capítulo sexto de Paiva (2008).

¹⁰ Labini chega a pretender que a crescente exposição competitiva das economias européias ao longo dos anos 70 seja a principal causa de um (pretense) processo de profit squeeze a que estas teriam se submetido. Para o autor, o enfrentamento deste processo teria de passar pela diminuição do grau de exposição daquelas economias, o que, contudo, abriria o risco de uma retomada dos processos inflacionários. Em suas palavras: "A tendência das margens de lucro a cair, como consequência do crescimento dos custos, pode ser remediada por meio de uma desvalorização da unidade monetária, o que aumenta o 'teto' estabelecido pelo preço da produção externa de bens competitivos. Mas, num país que importa uma grande proporção de suas matérias-primas, e que tem sindicatos muito fortes, o aumento dos lucros tem vida curta, pois qualquer crescimento adicional dos preços é rapidamente seguido por um crescimento adicional dos custos, especialmente se há um mecanismo de indexação dos salários, como a escala móvel na Itália, que é disparada a curtos intervalos". (LABINI, 1984, p. 173).

¹¹ A este respeito, vide DIEESE (1998).

quanto as consequências da elevação do salário real sobre o padrão técnico-produtivo e sobre o nível de emprego da economia. Senão vejamos.

4. O modelo distributivo kaleckiano simplificado

O modelo distributivo kaleckiano simplificado volta-se fundamentalmente para a explicação da estabilidade relativa de salários e lucros ao longo do ciclo; que se impõe independentemente das marcadas flutuações na demanda de mão-de-obra e das flutuações (nem tão significativas) do nível geral de preços. A idéia central subjacente a este modelo é que a distribuição da renda privada bruta¹² entre trabalhadores e capitalistas é função simples e direta do padrão competitivo intercapitalista (ou, mais exatamente, do grau de monopólio) vigente na economia como um todo, que flutuaria muito pouco ao longo do ciclo.

Para determinar esta evolução, Kalecki parte da determinação da participação relativa dos salários no valor agregado de uma firma urbano-capitalista que precifica a partir da imposição de um mark-up rígido no curto-prazo (vale dizer: no prazo em que a estrutura competitiva do mercado é dada) sobre os custos diretos em salários e matérias-primas. Neste caso:

$$x_k p_k = (1 + \pi_k) W + M$$

e

$$\pi_k (W + M) = P_L + O^{13}$$

onde x_k é a quantidade produzida, M corresponde ao custo total das matérias-primas, W ao dispêndio salarial total, P_L são os lucros líquidos totais (antes do imposto de renda) e O os overheads totais (vale dizer, os custos indiretos da firma, onde Kalecki inclui a depreciação, os aluguéis, os juros, os custos de venda e os ordenados¹⁴). Neste caso, a participação dos salários no valor agregado bruto da firma será dada por:

¹² Vale dizer: inclusive depreciação e exclusive rendimentos do funcionalismo público e de receptores de transferências governamentais. Como veremos na terceira seção abaixo, estes segmentos não só podem ser incorporados a um modelo distributivo de padrão kaleckiano como têm de sê-lo se se quer avaliar as consequências distributivas de longo prazo de políticas econômicas voltadas à depressão do grau de monopólio e (consequentemente) do mark-up médio da economia via abertura comercial.

¹³ Como se pode observar, esta representação parte da modelagem kaleckiana exposta no segundo capítulo da *Theory of economic dynamic*. Apenas preferimos substituir a notação kaleckiana da margem de lucro $(k - 1)$ por π para evitar repetição do símbolo k , já utilizado para representar as distintas firmas operando no mercado.

¹⁴ Logicamente, poder-se-ia incluir os impostos indiretos nos overheads (ainda que não nos “custos indiretos”, uma vez que a incidência de tais impostos é diretamente proporcional às vendas e/ou à produção). Afinal, se se admite que o processo de precificação se assenta (entre outras determinações) sobre a elasticidade da demanda dos bens aos distintos preços finais, não se pode abstrair o peso dos impostos indiretos no processo de precificação e determinação do mark-up. Isto é tão mais verdadeiro quanto mais heterogênea forem as alíquotas destes impostos e, consequentemente, quanto mais heterogêneos forem os impactos dos mesmos sobre a elasticidade da demanda dos distintos bens. Contudo, Kalecki está preocupado aqui em identificar a relação entre as participações de trabalhadores e capitalistas no valor agregado e na renda privada bruta; de formas que tomará os mark-ups das

$$w_k = \frac{W_k}{W_k + \pi_k (W_k + M_k)} = \frac{1}{1 + \pi_k (1 + j_k)},$$

onde $j = M / W$. Com o que fica claro que a participação dos salários no valor agregado bruto de uma firma industrial é função do grau de monopólio da mesma (que define o valor de π_k) e do dispêndio com matérias-primas por unidade de dispêndio salarial. Mais especificamente, o que a equação demonstra é que uma elevação do salário nominal só pode elevar a participação dos salários no valor agregado se a mesma impactar negativamente sobre o valor de π_k e/ou de j_k .

O importante é que, para Kalecki, este resultado não é válido apenas para a firma individual, mas para o conjunto da economia. E isto na medida em que, segundo o autor, é possível identificar uma margem média de lucro não apenas para cada setor industrial, mas para a própria economia nacional, a partir da consolidação das distintas margens de lucro ponderadas pela participação relativa da produção de cada firma (ou indústria, ou setor) no valor bruto da produção privada (VBP). Mais especificamente, Kalecki vai definir um π_Y tal que:

$$\pi_Y = \frac{1}{VBP} \sum \pi_k \cdot x_k p_k.$$

E como o somatório dos valores agregados brutos (da depreciação, mas líquidos dos impostos indiretos) das distintas firmas de uma determinada economia perfaz a renda bruta do setor privado (Y_P^{15}), então:

$$Y_P = \sum VA_k = \sum [\pi_k (W_k + M_k) + W_k] = \pi_Y (W_{YP} + M_Y) + W_{YP},^{16}$$

e a participação dos salários na renda bruta do setor privado toma a forma de

$$w_{YP} = \frac{W_{YP}}{\pi_Y (W_{YP} + M_Y) + W_{YP}} = \frac{1}{1 + \pi_Y (1 + j_Y)}$$

distintas firmas líquidos dos impostos indiretos. O que não significa pretender que estes últimos não tenham influência sobre a determinação daqueles primeiros.

¹⁵ A notação de Kalecki para a renda bruta do setor privado é simplesmente “Y”. Contudo, esta notação é usualmente utilizada para denotar a renda nacional bruta (PNB subtraído dos impostos indiretos), que se diferencia da renda bruta do setor privado pelo fato desta última não incorporar os salários e demais rendimentos do funcionalismo público (a este respeito, ver *Theory of economic dynamics*, de Kalecki (1990, p. 252). Para além disso, é de se notar que a definição kaleckiana de Y_P é rigorosamente mercantil, não incluindo qualquer valorização para a produção de subsistência ou quaisquer outros rendimentos não-monetários (como renda/aluguel da casa própria). De resto, por estar interessado na dinâmica de produção e distribuição do setor privado capitalista, Kalecki vai abstrair, no cálculo de Y_P , não só dos salários do funcionalismo público, como dos juros, aluguéis e transferências previdenciárias do Estado aos agentes privados. Neste sentido a “renda bruta do setor privado” para Kalecki é a renda do setor privado produzida pelo setor privado e apropriada pelo setor privado a partir das determinações distributivas que lhes são próprias.

¹⁶ Utilizamos o subscrito “Y” para denotar que os valores são consolidados nacionalmente. Para os salários utilizamos o índice “ W_{YP} ” quando nos referimos apenas aos salários pagos no setor privado; “ W_G ” para denotar os salários pagos no setor público; e “ W_{YN} ” para denotar o somatório nacional dos salários.

É fácil perceber que a única diferença substantiva entre a equação de determinação da participação dos salários no valor agregado bruto de uma firma e a equação de determinação da participação dos salários na renda bruta do setor privado encontra-se no fato de que π_Y e j_Y (à diferença de π_k e j_k) são variáveis-síntese sem expressão empírica imediata, e que vão ser influenciadas, tanto pela evolução dos distintos π_k e j_k , quanto pela evolução da participação relativa do valor agregado das distintas firmas e setores na renda. Este último aspecto é tão mais problemático na medida em que, em seu processo de determinação do referido produto e de π_Y a partir do somatório dos valores agregados das distintas firmas atuantes na economia, Kalecki incorpora aí setores produtivos que, de acordo com sua própria teoria, não precificam a partir da imposição de um mark-up (relativamente) rígido sobre custos diretos¹⁷.

Se se admite que, não apenas no setor industrial, mas na média da economia a produtividade do trabalho é constante no curto prazo¹⁸, a estabilidade da participação dos salários na renda se expressa na estabilidade da taxa de salário real. Afinal:

$$w_Y = \frac{W_{YP}}{Y_P} = \frac{W_N \cdot L}{NGP \cdot y_P},$$

onde W_N é a taxa de salário nominal, NGP , o nível geral de preços, L o volume de emprego, e y_P , a renda real privada bruta. Nesta especificação, L/y_P é o inverso da produtividade média do trabalho e W_N / NGP é a taxa de salário real. E se L/y_P for estável - dada a estabilidade de w_Y -, também o será W_N / NGP .

5. O modelo kaleckiano distributivo completo: uma interpretação

Para Kalecki, a primeira determinação circunscritora de uma evolução anti-cíclica (ou “keynesiana”) do salário real é o fato de que os setores hegemônicos nas economias capitalistas maduras não operam dentro de padrões competitivos perfeitos; mas se deparam com curvas de demanda negativamente inclinada e estruturas competitivas oligopólicas que se resolvem na sub-utilização crônica da capacidade instalada e na estabilidade dos rendimentos produtivos no curto prazo.

Para além deste fato, contudo, Kalecki também acredita que a fragilização do poder de barganha da classe trabalhadora na luta por salários nominais ao longo da depressão e sua recuperação no boom não é inteiramente inconsequente em termos

¹⁷ Vide Theory of economic dynamics (KALECKI, 1990, p. 227). Na verdade, ao incorporar a agricultura, a mineração e o sistema financeiro ao modelo, Kalecki é obrigado a definir um mark-up para os mesmos a partir de determinações ex-post; vale dizer, a partir dos dados sobre custos diretos e lucros brutos apropriados posteriormente. Ora, tal movimento não é logicamente inconsistente, mas só se sustenta teoricamente na medida em que os setores incorporados desta forma ao modelo não tenham uma expressão relativa tamanha a ponto de tornar π_Y demasiado instável e indeterminado.

¹⁸ Na realidade, para Kalecki, a queda do nível de emprego se associa ao crescimento da produtividade do trabalho na agricultura e à queda desta nos serviços urbanos e de transportes (onde a continuidade da produção pressupõe a sustentação de certo nível de emprego a despeito do grau de utilização da capacidade). Os dois movimentos tenderiam a se compensar mutuamente. A este respeito vide The determinants of distribution of the national income (KALECKI, 1990, p. 8).

distributivos¹⁹. Ou antes: só o é em uma economia inteiramente fechada e onde a flutuação dos salários nominais seja simultânea e homogênea em todos os mercados, de forma que a elevação dos preços absolutos não altere os preços relativos e a participação das distintas firmas e indústrias na economia. Em qualquer outro caso, as variações dos salários nominais ao longo do ciclo, ou não são inteiramente repassadas para os preços, ou só o são mediatamente. De forma particular, numa economia aberta e de câmbio estável o repasse de eventuais elevações (ou quedas) dos salários nominais internos seria freado pelo fato desta importante alínea do custo direto unitário não se variar simultaneamente para o conjunto das firmas concorrentes, entre as quais se encontram firmas exportadoras estrangeiras. Com isto, o preço dos similares importados (que participam da determinação de p_m) não sofreriam majorações proporcionais à variação interna de u , e os preços p_k (que são função de u e p_m) das firmas nacionais tampouco poderiam fazê-lo.

Ora, se o exposto acima é correto cabe perguntar se em economias capitalistas maduras e abertas não haveria uma tendência dos salários reais flutuarem pró-ciclicamente. Ou, de forma mais geral: qual a relação propugnada por Kalecki entre crescimento do nível de emprego e salário real? A aceleração do crescimento trabalha no sentido da redistribuição ou da concentração da renda?

Kalecki não dará uma resposta simples e unívoca a estas questões. Na verdade, em seus termos mais simples e gerais a teoria distributiva kaleckiana não toma o nível de emprego como uma variável relevante para a determinação dos salários reais. Contudo, em alguns trabalhos, Kalecki vai sinalizar para uma relação positiva (anti-keynesiana, portanto) entre nível de emprego e distribuição²⁰. Só que estas sinalizações têm de ser devidamente contextualizadas. Em particular é preciso que se entenda que, em Kalecki, a eficácia redistributiva da ação sindical em períodos de elevado nível de emprego não pode ser estabelecida independentemente da avaliação das consequências distributivas das políticas fiscais, monetárias e cambiais de sustentação/administração de uma tal conjuntura. Senão vejamos.

Desde logo há que se reconhecer que a versão simplificada do modelo distributivo kaleckiano aponta para a consistência redistributiva de políticas macroeconômicas que limitem a capacidade de repasse de pressões de custos aos preços através da exposição da indústria nacional à concorrência externa. Vale dizer: tal como pretende Labini, no modelo distributivo simplificado de Kalecki, uma política de abertura comercial com câmbio fixo trabalharia no sentido de deprimir o grau de monopólio e o mark-up médio da economia, com consequências redistributivas. Só que, para Kalecki, esta não é a única consequência de uma política de abertura comercial de corte liberal. E as demais consequências podem ser tais que acarretem a piora da distribuição da renda efetiva, a despeito da queda do mark-up médio.

Para que se entenda adequadamente este ponto é preciso, primeiramente, que nos recordemos que a relação W_{YP} / Y_P que derivamos na seção anterior não expressa a participação da classe trabalhadora na renda nacional, mas a participação dos salários do setor privado na produção privada bruta. Diferentemente, a

¹⁹ A respeito da tendência pró-cíclica da flutuação dos salários nominais (e do nível geral de preços) associada à flutuação pró-cíclica da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos dos trabalhadores, vide *Political aspects of full employment* (KALECKI, 1990, p. 351).

²⁰ A este respeito, veja-se *Class struggle and distribution of national income* (KALECKI, 1990, p. 100-1).

participação relativa da classe trabalhadora no rendimento nacional (w_{YN}) é definida por:

$$w_{YN} = \frac{W_{YP} + W_G + TU_w - ID_w}{Y_P + W_G + J_G + A_G + TU_T - ID_T} = \frac{W_{YP} + TLE_w}{Y_P + TLE_w + TLE_k}$$

onde W_G , J_G , e A_G são os salários, os juros e os aluguéis pagos pelo Estado ao setor privado, TU são as transferências unilaterais (previdenciárias e assemelhadas) do Estado ao setor privado, ID são os impostos diretos (e demais exações fiscais e para-fiscais e de incidência direta), TLE são as transferências líquidas do Estado, e os índices “W”, “K” e “T” representam, respectivamente, “aos trabalhadores”, “aos capitalistas” e “totais”. E o que a relação acima nos mostra é simplesmente que a participação da classe trabalhadora na renda nacional disponível não é função exclusiva dos salários do setor privado vis-à-vis a produção neste setor, mas é amplamente tributária da política fiscal e monetária do Estado.

Este resultado é, em si mesmo, absolutamente trivial. Mas ele já explicita o que é inaparente no modelo simplificado de Kalecki: que a distribuição efetiva da renda nacional, bem como sua dinâmica, é fortemente influenciada pelas políticas e pela dimensão relativa do setor público. O que se desdobra no reconhecimento de que a intervenção estatal pode ser redistributiva; mas não necessariamente o será. Para tanto é preciso que as políticas fiscais e monetárias não apenas tenham a redistribuição como objetivo, mas, igualmente bem, que os demais objetivos destas políticas não contraditam com aquele.

Ora, não é possível subestimar a complexidade desta dúplice exigência. E isto desde logo na medida em que a articulação de uma política fiscal e monetária redistributiva encontra grande resistência dos segmentos proprietários em uma economia capitalista. Afinal, uma tal política não se confunde com uma política anti-depressiva emergencial, que pode se sustentar inteiramente sobre déficits públicos. À diferença desta última, uma política redistributiva deve contar com uma base tributária sólida; e esta base - por razões demasiado evidentes - não pode ser a massa de salários, mas tem de ser o excedente e/ou o patrimônio capitalista²¹. Vale dizer: uma política fiscal redistributiva é - coeteris paribus - depressora da taxa de retorno capitalista líquida de impostos. O que - a depender da mobilidade internacional do capital, das alternativas de aplicação financeiro-especulativa internas e externas, e do padrão de formação de expectativas empresariais - pode gerar desestímulos efetivos à inversão produtiva capitalista a nível nacional que alavancam a resistência organizada às políticas redistributivistas²².

Mas isto não é tudo. Às circunscrições estruturais de uma política fiscal (e monetária) ativamente redistributiva, vem a se somar circunscrições conjunturais, associadas ao fato de que tais políticas tem de ser consistentes com os objetivos de administração macroeconômica de curto prazo. O que envolve refletir sobre os desequilíbrios macroeconômicos potencializados por políticas de abertura comercial com câmbio fixo e os desdobramentos distributivos dos mesmos.

Ora, como Kalecki deixa claro em seu modelo de preços do Theory of Economic Dynamics, em oligopólio misto cada firma forma os seus preços com uma margem não desprezível de autonomia. Isto significa dizer que a redução de preços por parte de alguns concorrentes (sejam eles externos ou não) não impõe uma

²¹ A este respeito vide A theory of commodity, income and capital taxation (KALECKI, 1990, p. 319 e segs).

²² Idem, p. 321 e segs.

redução proporcional às demais firmas; mas se resolve numa combinação de queda de preços e redivisão do mercado, com ampliação das fatias apropriadas pelas firmas baixistas.

Se se traduz esta assertiva para uma economia em processo de estabilização/valorização cambial, o que fica claro é que as pressões “baixistas” das mercadorias importadas se resolvem parcialmente na queda do mark-up interno, e parcialmente na ampliação da relação M/Y_N (importação / renda nacional). O que carrega impulsões recessivas (e, conseqüentemente, depressoras do nível de emprego) e desequilibrantes ao nível da balança comercial (com conseqüentes pressões sobre o câmbio). E uma vez que - por hipótese - a política econômica está comprometida com a sustentação do câmbio, ela deverá ser mobilizada com vistas à conquista de um superávit na conta de capital e/ou à máxima circunscrição do déficit comercial via elevação da taxa de juros interna, redução das alíquotas sobre ganhos financeiros e demais ganhos capitalistas, desestímulo recessivo à importação, etc., etc., etc. Políticas cujos impactos depressores da participação dos trabalhadores na renda (facilmente perceptíveis, se se resgata a equação de determinação de w_{YN} explicitada acima) não podem ser subestimados.

É bem verdade que se estes desdobramentos da política macroeconômica de ajuste são concentradores, a depressão do mark-up alavancada pela exposição à concorrência externa é redistributiva; o que deixa o resultado final de uma tal política indeterminado. Ou, para ser mais exato: deixa-o dependente da “saúde” comercial-financeira do país exposto à concorrência externa. Quanto mais inflexíveis os preços internos, maior será o desequilíbrio externo, maior a desconfiança com relação à estabilidade monetário-cambial, e tanto mais duras e perversas as medidas de política econômica de “ajuste do ajuste”.

De outro lado, se a resultante final de uma política de exposição competitiva sobre a participação global dos trabalhadores na renda fica indeterminada, o mesmo não se pode dizer de seus impactos prospectivos sobre o nível de emprego. Já no curto prazo, uma política de exposição competitiva é depressora do nível de emprego (ou, pelo menos, de sua taxa de crescimento) em função dos impactos deletérios da mesma sobre o saldo comercial. Mas isto não é tudo. Na medida em que tal política for eficaz para a depressão do mark-up médio interno, ela estará contribuindo para a elevação do salário real vis-à-vis o preço de insumos de capital constante. O que significa dizer que ela deve alavancar o progresso técnico poupador de mão-de-obra na indústria capitalista.

Esta conclusão não parece tipicamente kaleckiana. Mas isto só é assim porque o modelo distributivo simplificado deste autor como representativo de toda a sua leitura acerca da distribuição. O que envolve ignorar que o mesmo: 1) está referido ao curto prazo (onde a abstração de qualquer trade-off entre salário real e emprego é pertinente²³); e 2) volta-se justamente à demonstração da subordinação funcional do salário real à concorrência intercapitalista, e de sua estabilidade sob condições de estabilidade desta²⁴. Vale dizer: o modelo distributivo simplificado de Kalecki abstrai o progresso técnico tanto em sua dimensão de deslocamento “ao longo” de uma

²³ Diga-se de passagem, este é mais um elo entre Ricardo e Kalecki: os modelos distributivos simplificados destes dois autores fazem abstração da substitubilidade entre capital constante e trabalho vivo. Só que em Kalecki esta hipótese simplificadora se justifica pela circunscrição analítico-temporal da versão mais simples de sua modelagem; o que já não ocorre em Ricardo.

²⁴ E é esta estabilidade que permite a Kalecki tomar o modelo distributivo simplificado como referência no seu tratamento teórico do “ciclo puro”, que se volta justamente ao resgate da dinâmica econômica sob hipótese de estabilidade da estrutura técnico-competitiva.

função de produção, quanto em sua dimensão de deslocamento “da” função de produção.

Mas isto não significa que Kalecki desconheça ou renegue o trade-off entre salário real e emprego apontado por Ricardo e teorizado por Marx e pela tradição neoclássica. Pelo contrário: sua teoria do progresso técnico tem como ponto de partida elementar o reconhecimento de que “the general motive for introducing technological progress [...] is obviously to increase profitability by reducing production costs” (KALECKI e SZEWORSKI, 1990, p. 377). Mas ela não se esgota nesta quase-tautologia. A partir de uma leitura de clara inflexão marxista, Kalecki vai defender a hipótese de que o progresso técnico capitalista comporta um viés labour-saving absolutamente estrutural; que seria meramente alavancado (e não propriamente determinado) pela alteração dos custos relativos de produção em padrões trabalho intensivo e máquina-intensivo²⁵.

Ora, afirmar que a elevação do salário real alavanca o progresso técnico poupador de mão-de-obra é o mesmo que afirmar que a elevação do salário real não implica necessariamente em melhoria da distribuição da renda. Ou, para ser mais claro (e resgatando o modelo distributivo kaleckiano simplificado): a elevação do salário real associada à queda do mark-up médio da economia não implica em ampliação da participação dos salários na renda privada bruta. Na realidade, se a elevação do salário real estimular uma elevação mais do que proporcional da produtividade do trabalho, a participação do salário na renda privada deverá cair ao invés de crescer²⁶.

É bem verdade que, de outro lado, o progresso técnico associado à elevação da produtividade do trabalho alavanca a acumulação produtiva; o que impacta positivamente sobre o nível de emprego da economia²⁷. Contudo, tal movimento

²⁵ A este respeito, veja-se a segunda seção de Kalecki e SZEWORSKI (1990), onde os autores defendem a tese de que a automação e a poupança líquida de trabalho vivo é o horizonte necessário da indústria capitalista. No mesmo sentido, veja-se A theorem on technical progress (KALECKI, 1990, p. 107 e segs), onde o autor defende o ponto de vista de que a primeira e mais fundamental determinação do progresso técnico é que este “increases the productivity of labour” (KALECKI, idem, p. 108).

²⁶ Como já vimos, $w_{YP} = (W_N \cdot L) / (NGP \cdot y)$; e se (L/y) cai mais do que cresce (W_N / NGP) , w_{YP} terá de cair independentemente da elevação do salário real. Nos termos da equação kaleckiana: $w_{YP} = 1 / [1 + \pi_Y (1 + j_k)]$, onde a participação do salário na renda é expressa como função do mark-up médio da economia e da relação entre a massa de salários e os dispêndios totais com insumos diretos, a assertiva anterior se traduz no reconhecimento de que uma depressão do grau de monopólio só pode alavancar “ w_{YP} ” se o aumento da produtividade do trabalho (manifesto na redução de “ j_k ”) não for de ordem a contrarrestar os impactos positivos da redução de π_Y . É de se observar ainda que a hipótese kaleckiana de que o progresso técnico capitalista seja estruturalmente labour-saving (mas não necessariamente capital-saving) se desdobra na pretensão de que haveria uma tendência de longo prazo à redução do “ j_k ” das distintas firmas (e “ j_Y ” da economia), com consequências deletérias para a distribuição da renda. Esta hipótese é explicitada no trabalho supra-referido de Kalecki sobre automação industrial, onde se lê: “a considerable shift may take place from labour to material costs within prime unit costs of production. The impact of automation on the prices of raw materials, especially in agriculture and mining, will probably be minor. Thus, if a given gross profit mark-up on prime unit costs is maintained ... there will be a shift from wages to profits.” (KALECKI e SZEWORSKI, 1990, p. 383). Uma leitura que contrasta com a posição abraçada por Kalecki em Theory of economic dynamics (1990, p. 227) em 1954, quando o autor ainda defendia a hipótese de que: “It is difficult [...] to generalize about the relation of raw-material prices to unit wage costs (which depends on long-run changes in the demand-supply position of raw materials) or about industrial composition. No a priori statement is therefore possible as to the long-run trend of the relative share of wages in income”.

²⁷ A este respeito, veja-se A theorem on technical progress (KALECKI, 1990, p. 109). Infelizmente, a circunscrição de espaço não nos permite resgatar aqui a tão rica quanto polêmica teoria kaleckiana do investimento. Um tratamento sistemático da mesma pode ser encontrado em POSSAS (1987, em particular o segundo e terceiro capítulos deste trabalho).

compensatório é, para Kalecki, limitado temporalmente, restringindo-se ao período em que se processa a substituição do maquinário²⁸. Após este período, a dinâmica da acumulação volta a ser comandada por determinações associadas à interação entre o multiplicador e o acelerador da economia. E a depender dos impactos do progresso técnico sobre estes dois parâmetros, a acumulação produtiva pode mesmo vir a sofrer um desestímulo no longo prazo. Senão vejamos.

Dado que, para Kalecki, a propensão a consumir dos trabalhadores é marcadamente superior a dos capitalistas, o multiplicador kaleckiano é função positiva da participação dos salários na renda. De outro lado, o acelerador neste autor é função positiva da relação capital/produto, mas não se confunde com esta relação, sendo influenciado negativamente pelo grau de monopólio das firmas. Afinal, quanto maior o grau de monopólio, maior a probabilidade de que as firmas operem cronicamente com capacidade ociosa (planejada ou não) e protelem as decisões de inversão produtiva como resposta a variações na demanda e no grau de utilização da capacidade. Assim, se o progresso técnico introduzido como resposta a pressões competitivas depressoras do mark-up for labour-saving e/ou capital-saving e/ou (re)alavancar o grau de monopólio das firmas, haverá uma alta probabilidade de que ele deprima o multiplicador e o acelerador da economia, com efeitos deletérios sobre a dinâmica de longo prazo da acumulação. Mais especificamente, quanto mais intenso e revolucionário for o progresso técnico, maior deve ser: 1) a depressão da relação capital/produto e do acelerador da economia²⁹; 2) a poupança de mão-de-obra resultante e a depressão do multiplicador; e 3) o incremento na concentração/centralização do capital e no grau de monopólio resultante³⁰ (com novas consequências perversas sobre a distribuição de renda e o multiplicador).

Evidentemente, não se pode derivar mecanicamente este conjunto de desdobramentos negativos de uma política de exposição competitiva. Em si mesmos, estes desdobramentos são imanentes à lógica competitivo-reprodutiva capitalista e, para Kalecki, tendem a se impor no longo prazo independentemente da política econômica adotada. Só que, de outro lado, tampouco se pode ignorar o fato de que uma política de exposição competitiva e depressão do mark-up médio da economia trabalha no sentido de alavancar estes desdobramentos deletérios. Ocultar este fato sob a argumentação de que a única consequência imediata da depressão do mark-up médio é a elevação do salário real é cair no vicioso jogo ricardiano de impor cláusulas coeteris paribus pretensamente simplificadoras com vistas à obtenção de um

²⁸ Vide KALECKI e SZEWORSKI (1990, p. 380 e segs).

²⁹ Diga-se de passagem, em A Theorem on Technical Progress, Kalecki (1990, p. 108) pretende que o progresso técnico capitalista típico seria capital-using e não capital-saving, esgrimindo dados estatísticos sobre a elevação histórica da relação capital/produto da economia norte-americana de 1899 a 1922 como único argumento relevante para a defesa deste ponto de vista. No Theory on economic dynamics Kalecki é surpreendentemente silente sobre esta questão, apontando apenas para o fato de que a estimulação do investimento derivada do progresso técnico variará a depender do padrão deste último (KALECKI, 1990, p. 322 e segs.) É no seu trabalho sobre automação industrial, de 1957 (escrito em parceria com Szeworski) que Kalecki vai efetivamente reverter o ponto de vista defendido em A Theorem on Technical Progress, apontando para as potencialidades abertas (e “solicitadas”, tendo em vista a necessidade de acelerar a depreciação) pela automação no sentido da intensificação do uso do capital fixo em turnos ininterruptos. Segundo os autores “Automation is a kind of technological progress which, besides the simple replacement of human labour with the work of machines, brings certain production effects, reducing the costs of capital per unit of output. What is mainly involved here is accelerating the rate of production, i.e. increasing the number of products per unit of time” (KALECKI e SZEWORSKI, 1990, p. 378).

³⁰ Segundo Kalecki, em A Theorem on Technical Progress (1990, p. 109) “technical progress increases the degree of oligopoly because it promotes the concentration of industry”.

“resultado” que, de fato, já se encontrava definido a partir de equações lógico-teóricas absolutamente distintas.

E aqui o busilis da questão: se Kalecki é um estruturalista, ele também é um autor que não perde de vista os riscos ideológicos do mau uso do *coeteris paribus*. E é por isto que - a despeito de ter absoluta clareza da relação entre grau de monopólio e concentração de renda - não aposta num projeto de controle daquele primeiro a partir da desregulamentação das economias nacionais e exposição das mesmas à concorrência internacional. Para Kalecki, tal projeto redistributivo não é apenas inconsistente no longo prazo: ele propõe uma solução liberal ao problema distributivo/competitivo que se desdobra na desestruturação dos instrumentos regulatórios públicos nacionais. Instrumentos estes que, para nosso autor, são essenciais ao enfrentamento do processo de concentração de renda que tende a se impor no longo prazo a despeito da eficácia circunstancial desta ou daquela política de alavancagem da concorrência.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que os fundamentos teórico-analíticos do Plano Real não se encontram propriamente na literatura expectacionalista dos anos 80 e 90 – seja ela de extração novo-clássica ou novo-keynesiana – mas nos trabalhos de Keynes dos anos 20 e de Kalecki nos anos 40 e 50 sobre (hiper)inflação. As raízes heterodoxas do Plano Real só não vieram à luz de forma mais clara porque a ruptura com a clivagem “inflação de custos X inflação de demanda” consagrada por estruturalistas (keynesianos) e monetaristas brasileiros desde o pós-segunda guerra não foi apreendida pela maior parte dos heterodoxos nacionais como um “retorno aos mestres” mas, equivocadamente, como um afastamento da “boa (????) ortodoxia”. De outro lado, a apropriação da perspectiva expectacionalista pelos novo-clássicos aprofundou a confusão e permitiu que, a despeito de suas raízes heterodoxas, o Plano Real acabasse sendo envolto e asfixiado em um pesado manto de ortodoxia fiscal, monetária e cambial.

Tal como procuramos demonstrar, ainda, os desdobramentos distributivos da dimensão rigorosamente heterodoxa do Plano Real – vale dizer: do enfrentamento da inércia inflacionária e das expectativas aceleracionistas via ancoragem cambial e resgate das funções reserva e unidade de conta para a moeda nacional – são positivos, na medida em que impõe um novo padrão de exposição competitiva aos agentes internos que envolve deprimir o seu grau de monopólio. Não obstante, a crescente articulação do Plano Real a políticas fiscais-monetárias-cambiais ortodoxas (articulação que, saliente-se, só se completará no segundo governo FHC e atingirá seu ápice no primeiro governo Lula) acabará determinando a asfixia dos componentes redistributivos e gradativa superação dos componentes redistributivos do plano. Neste processo, a elevação da taxa de salário real será mais do que compensada por processos de “modernização” produtiva conducentes à destruição e/ou terceirização e precarização de postos de trabalho na indústria; ao mesmo tempo em que a adoção de políticas monetárias e fiscais conservadoras conduzirá à exponenciação das transferências governamentais para os agentes responsáveis pela sustentação da dívida interna, em detrimento assalariados do setor público, aposentados, desempregados e demais beneficiários de políticas sociais governamentais.

Referências

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Dolarização, âncora cambial e reservas internacionais. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 13, n. 3, P. 5-20, jul/set. 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Reestruturação produtiva e distribuição de renda. Texto para discussão PCDA-98, São Paulo: DIEESE, 1998.

FRANCO, Gustavo H. B. O milagre do rentenmark: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada. *Revista Brasileira de Economia*. v. 43, n. 3, setembro. 1989.

KALECKI, Michal. Political aspects of full employment. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. v. 1. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. The determinants of distribution of the national income. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. v. 2. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. Theory of economic dynamics. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. A model of hyper-inflation. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. A theory of commodity, income and capital taxation. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. v. 1. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. A theorem on technical progress. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. v. 2. Oxford: Clarendon. 1990.

_____. Class struggle and distribution of national income. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon. 1990.

KALECKI, Michal; SZEWORSKI, Adam. Economic problems of production automation in capitalist countries. In: OSIATYNSKI, Jerzy. *Collected works of Michal Kalecki*. v. 2. Oxford: Clarendon. 1990.

KEYNES, John Maynard. *The collected writings of John Maynard Keynes*. v. 4 e 5. London: Macmillan UK. 1971.

LABINI, Paolo Sylos. Preços e distribuição de renda na indústria de transformação. In: *Ensaio sobre desenvolvimento e preços*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1984.

LARA RESENDE, André. A moeda indexada: nem mágica nem panacéia. In: *Revista de Economia Política*. v. 5, n. 2, abril-jun, p. 124-129. 1985a.

_____. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: *Revista de Economia Política*. v. 5, n. 2, abril-jun, p. 130-134. 1985b.

_____. O conselho da moeda: um órgão emissor independente. In: Revista de Economia Política. v. 12, n. 4, out-dez, p. 113-120. 1992.

LOPES, Francisco Lafaiete. Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas. In: Revista de Economia Política. v. 5, n. 2, abril-jun, p. 135-151. 1985.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Valor, preço e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós. Porto Alegre: FEE, 2008. 450 f. Tese (Doutorado em Economia). Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_09.pdf>. Acessado em 19 de junho de 2010.

POSSAS, Mario Luiz. A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SARGENT, Thomas J. Os finais de quatro hiperinflações. In: REGO, José Márcio (org.). Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

SIMONSEN, Mário H. Experiências antiinflacionárias: lições da história. In: REGO, José Márcio (org.). Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.